

## COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO MERCOSUL

Clarissa Eckert Baeta Neves e  
Marília Costa Morosini\*

### Introdução

O Mercado Comum do Sul (Mercosul), estabelecido pelo Tratado de Assunção, firmado em 1991, surgiu com o propósito de realizar a integração acelerada das economias nacionais da região Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Com a integração identifica-se racionalmente as áreas de cooperação entre os Estados e projeta-se os diferentes interesses comuns capazes de dar suporte às ações destinadas a eliminar conflitos ou a atenuar os efeitos dos mesmos (Capraro, 1991, p.5). A integração se constrói, assim, não apenas como diminuição, mas também como superação das barreiras para o intercâmbio e das formas econômicas discriminatórias.

Os processos de integração regional e, em particular, a criação de um mercado comum como o Mercosul implicam, dentro de um contexto de supranacionalidade, a realização de uma série de ações tendentes a lograr a livre circulação de bens, serviços e

\* Professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pesquisadoras do CNPq.

fatores produtivos entre os países membros; estabelecimento de tarifas aduaneiras de uma política comercial comum; a coordenação de políticas macroeconômicas e, finalmente, a harmonização dos regimes jurídicos (Capraro, 1991, p.6).

O Mercosul deve ser entendido, também, no contexto de um paradigma integracionista latino-americano, qual seja, o da inserção internacional desde uma base territorial regional. Falar em integração é falar, também, no contexto da globalização, pois, como aponta Grabendorf (1995, p.125), "globalização e regionalização são os dois lados da mesma moeda".

O Mercosul pode ser entendido como o resultado de uma vontade política mobilizada para a orientação dos esforços em prol da integração. As condições internas à região para que a integração se dê a contento são: a) os processos decisórios devem efetivamente ocorrer em tempo hábil sustentados nos imperativos regionais — fator tempo; b) a formação da consciência na sociedade de que, às vezes, é necessária uma política de compensação de interesses em nível inter-regional, ou seja, aqueles que têm mais, ou podem mais, devem ajudar (pagar) o desenvolvimento dos (membros) que podem menos; c) é necessário uma alta dose de criatividade na elaboração de instrumentos de coordenação e harmonização em nível regional.

Além disso, como aponta Grabendorf (1995, p.131-132), para viabilizar a integração é necessária a ocorrência de alguns pressupostos fundamentais que, segundo ele, já podem ser encontrados na maior parte do Mercosul:

a) associação voluntária — a adesão a uma associação integra-cionista deve orientar-se pelos desenvolvimentos políticos dos países e não por coerções econômicas ou de outra natureza;

b) respeito aos direitos humanos — a existência do estado de direito e a democracia;

c) concordância quanto ao modelo macroeconômico.

De outra parte, garantir a integração requer a definição de interesses comuns que animem os países envolvidos no processo. Um dos interesses comuns é a redução de conflitos; outro, o fortalecimento da autonomia desses países no sistema internacional ou na defesa diante de dominações externas. Atualmente nenhum dos países tem condições de impor-se sozinho no cenário econômico internacional. A integração aumenta a capacidade de concorrência internacional e de barganha com agentes externos. Tudo isso está imbricado com a expectativa de crescimento econômico e de bem-estar comum com vista à melhoria das condições gerais de vida das sociedades dos países da região.

Este processo é conduzido por vários agentes: Estado, empresários, partidos, grupos de interesses, meios de comunicação e, a longo prazo, órgãos supranacionais.

O Mercosul como projeto de integração econômica, mais especificamente comercial, abre caminho também para a integração

de outros setores, como o cultural e o educacional, em especial o campo das universidades. As universidades e todas as demais instituições que compõem os sistemas de ensino superior, instituições ocupadas com ciência e tecnologia, assumem desde logo um papel privilegiado nesse processo através da formação de quadros profissionais e técnicos, a produção de conhecimento e o desenvolvimento cultural de um modo amplo (Neves, 1994, p.285).

Neste campo, como de resto na integração econômica, há etapas a serem cumpridas. A orientação tradicional das instituições universitárias em direção à Europa e aos Estados Unidos precisa ser compensada por ações e medidas concretas que estimulem a aproximação, o conhecimento mútuo, a mobilidade docente e discente, a cooperação em programas e projetos específicos e, num nível superior, a integração no plano da formação de recursos humanos e da produção de conhecimentos. Tudo isto precisa se desenvolver a partir do reconhecimento das vantagens para o próprio ensino superior e avanço econômico e social da região, de sistemas universitários diferenciados, autônomos e qualificados.

A seguir, pretende-se analisar as perspectivas da cooperação universitária no Mercosul dando ênfase às ações autônomas de instituições acadêmicas e àquelas de iniciativa de órgãos governamentais e/ou internacionais. O objetivo é verificar até que ponto já se pode falar efetivamente em cooperação universitária, em que setores, entre quais instituições, em que programas.

## Os sistemas de educação superior no Mercosul

Neste item, ainda que de forma esquemática, pretende-se caracterizar os sistemas de educação superior nos quatro países que compõem o Mercosul. Apesar das inúmeras diferenças entre os sistemas de educação superior, eles têm sido responsáveis por duas funções básicas: a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento.

Com relação à função de *formação de profissionais via graduação*, é importante ressaltar que a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai tiveram seus sistemas de educação marcados por um acentuado processo de crescimento nos últimos 30 anos. Apesar do processo de massificação da educação superior, os quatro países, no entanto, apresentam diferenciações significativas. A primeira delas é relativa à taxa bruta de educação superior, ou seja, à população de 18 a 23 anos que se encontra em instituições de educação superior sobre o total da população desta faixa etária. Representam 41% na Argentina, 47% no Uruguai, somente 11% no Brasil e 9% no Paraguai (Cepal, 1990).

Examinando os dados de ingressantes, matriculados e concluintes, a diferença anteriormente citada se minimiza. Ingressam proporcionalmente mais argentinos e uruguaios do que brasileiros, mas só concluem a graduação 1/5 dos universitários argentinos, 1/3 dos uruguaios e 50% dos brasileiros e dos paraguaios. A taxa de evasão dos estudantes brasileiros e paraguaios é menor do que a dos argentinos e dos uruguaios. A tabela seguinte deixa claro também a forte presença quantitativa do Brasil em comparação com os outros países.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

## Ensino superior no Mercosul ( 1992-1993)

	Argentina	Brasil 93	Uruguai	Paraguai-UNA
Ingresso	152.612	548.678	13.659	4.000
Matrículas	1.077.192	1.594.668	64.000	50.000
Docentes	89.609	134.403	6.757	-
Concluintes	31.933	234.288	4.168	1.800

Fontes: Argentina: MCE/Instituto Nacional de Estadística y Censos; Brasil: *Anuário Estatístico MEC/SAG*; Uruguai: Universidad de La Republica/ División de Estadística; Paraguai: Universidad Nacional/Departamento de Planificación.

A diferenciação entre os sistemas de educação superior também ocorre quanto ao número de instituições, natureza e dependência administrativa (Morosini, 1994). A Argentina divide seu sistema de educação superior em terciário (não-universitário) e universitário. O terciário abriga cursos de curta duração para a formação de professores e de técnicos e é ministrado em 1.098 estabelecimentos. Os cursos universitários são ministrados em 73 universidades — 31 nacionais, seis provinciais e 36 privadas. O Brasil divide seu sistema de ensino superior em universidades, federações de escolas e faculdades isoladas e estabelecimentos isolados, públicos ou privados, federais, estaduais e municipais. Há um acentuado predomínio de estabelecimentos privados (666) em relação aos estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais (227) e de estabelecimentos isolados (164) em relação a universidades (60). No Uruguai, o ensino superior gravita, praticamente, em torno de uma única grande instituição públi-

ca— a Universidad de la Republica, que tem 13 faculdades, um instituto e duas escolas. Existe também a UCDAL, universidade particular, voltada às ciências humanas. O Uruguai ainda conta com centros de formação de professores e centros de ensino superior e pesquisa associados a sistemas universitários do exterior. O Paraguai tem seu sistema de ensino superior concentrado na Universidade Nacional de Asunción (UNA) e na Universidade Nuestra Señora de la Asunción (UCA). A primeira conta com 12 faculdades, sete escolas e quatro institutos, com filiais no interior do país. A segunda, de caráter privado, possui nove faculdades, um instituto superior e uma escola superior. Também existem instituições não-universitárias de curta duração.

Outro aspecto da diferenciação dos sistemas de educação superior no Mercosul é decorrente da relação entre o Estado e a universidade, que por sua vez se reflete, praticamente, em toda a estrutura do sistema educativo e na produção de ciência e tecnologia. No Brasil, predomina a centralização e, daí decorrente, a dependência ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) e no caso da pesquisa ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Esta dependência tem suas origens na criação do sistema de ensino superior no século passado, com autonomia universitária controlada, diferenciada da concepção da universidade argentina e uruguaia, onde as universidades do governo gozam de uma autonomia absoluta.

Com relação à segunda função desempenhada pelos sistemas de educação superior, a *produção de ciência e tecnologia* nos países do Mercosul, bem como seus investimentos, pode-se afirmar que há uma situação mais ou menos similar, quando comparados com a população como um todo desses países. No Brasil, inclusive,

o número de pesquisadores e de publicações por milhão de habitantes é menor do que na Argentina e no Uruguai. Entretanto, avaliando-se os dados em números absolutos, o Brasil tem mais pesquisadores (65.000) e maior número de publicações/milhão habitantes (3.735) do que a Argentina e o Uruguai. A magnitude da população brasileira interfere nesta comparação. Acresce a tal reflexão a comparação realizada por Villegas e Cardoza (1993), no *World Science Report*, mostrando que os investimentos no Brasil em ciência e tecnologia aumentaram de 700 milhões de dólares (1980) para 2.400 (1985) e para 3.179 (1991), enquanto que na Argentina ocorreu uma variação de 500 milhões de dólares (1980), para 300 (1985) e para 576 (1991). Apesar destes investimentos no Brasil hoje, os dados relativos tendem a ser semelhantes ou inferiores aos dos outros países do megabloco. Tais indicadores reforçam a posição de que ciência e tecnologia são investimentos de longo prazo.

Porém, apesar desta similaridade, o Brasil destaca-se quanto à formação de recursos humanos em nível de pós-graduação — mestrado e doutorado. Isto porque a década de 70 no País foi marcada por uma política nacional de ciência e tecnologia que apostou no binômio segurança e desenvolvimento, compreendido este como desenvolvimento científico e tecnológico. Foi o período do planejamento de pacotes sobre grandes guarda-chuvas de Planos de Desenvolvimento Econômico, subdivididos em Planos Científicos e Tecnológicos, por sua vez subdivididos, principalmente nas universidades, em Planos Nacionais de Pós-Graduação. Apesar de esta política ser descontínua, e nos finais da década de 80 sofrer uma marcante contenção, atualmente o Brasil tem o mais forte sistema de pós-graduação da América Latina. Em 1966, havia 66 cursos de pós-graduação e hoje há em torno

de 1.728, dos quais 64% são avaliados como muito bons e/ou bons. A oferta de cursos cresce aceleradamente existindo anualmente 100 solicitações de reconhecimento de novos cursos junto ao MEC. Apesar desta explosão quantitativa e qualitativa, é importante ressaltar o condicionante da extrema concentração destes cursos na Região Sudeste. A existência destes inúmeros cursos no País se reflete num número muito maior de pesquisadores no Brasil (semelhante ao Canadá) do que nos outros estados membros do Mercosul. Via de regra, estes países não têm tradição de sistemas de pós-graduação similares ao **brasileiro**.

### **A cooperação universitária no Mercosul**

A cooperação interuniversitária na região desdobra-se em três planos distintos: a) a cooperação esporádica entre grupos e instituições; b) acordos interinstitucionais bilaterais e c) acordos interinstitucionais multilaterais ou redes. Há uma clara tendência em favor de ações institucionais multilaterais, podendo-se afirmar que são elas a grande inovação nos esforços neste campo forjados no bojo do projeto Mercosul. A seguir, caracteriza-se cada uma destas modalidades, salientando as ações específicas através das quais se implementam.

#### *A cooperação esporádica e espontânea*

E próprio do meio universitário a busca de cooperação e articulação entre grupos de docentes, pesquisadores e técnicos trabalhando em campos comuns ou complementares. Valendo-se de

oportunidades de apoio e financiamento, com freqüência estes "pares" desenvolvem ações conjuntas, tais como cursos, seminários, congressos, visitas, estágios, publicações, etc.

Na documentação levantada junto às instituições universitárias brasileiras há inúmeras informações sobre este tipo de interação e contatos.

#### *A cooperação através de acordos interuniversitários bilaterais*

E comum a prática entre as universidades da região de realização de convênios. Estes, de um modo geral, são genéricos, abrangendo todas as áreas de conhecimento com objetivo de intensificar o intercâmbio científico-cultural.

Os convênios existentes são os mais diferentes, desde o intercâmbio de professores para realização de cursos; intercâmbio de pesquisadores para a realização conjunta de pesquisas e publicações; estabelecimento de relações no âmbito da cooperação técnica; a viabilização de intercâmbio de estudantes das últimas fases da graduação e da pós-graduação até a intenção de desenvolvimento conjunto de cursos de pós-graduação.

A realização de convênios entre as universidades dos quatro países da região revela a existência de intercâmbio em praticamente todas as áreas de conhecimento, como Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharia, Lingüística, Letras e Artes, abarcando 23 subáreas.

Há uma clara predominância de intercâmbio entre as instituições de ensino superior do Brasil com a Argentina, seguido dos intercâmbios com o Uruguai. Entretanto, existem intercâmbios com uma prefeitura argentina e com os conselhos de desenvolvimento científico e tecnológico da Argentina e do Uruguai. As principais universidades brasileiras envolvidas são a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ocorrendo também intercâmbios com a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), a Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Ainda merece destaque que, numericamente, as principais áreas de intercâmbio são as de Ciências Sociais e Aplicadas, as Ciências Humanas e as Ciências da Terra, e o menor número ocorre nas áreas de Letras e Artes.

#### *Acordos interuniversitários multilaterais e a formação de redes*

Entre as ações universitárias de cooperação voltadas especificamente ao Mercosul, merece destaque a expansão acentuada de redes institucionais de conhecimento entre os quatro países.

A seguir serão destacadas as principais redes que têm por objetivo estimular e fomentar a integração das instituições universitárias do Mercosul. Além destas redes, podem existir outras menos conhecidas, por isso aqui não mencionadas. Muitas vezes as ações de cooperação podem se dar de forma autônoma entre as instituições sem divulgação ampla, dificultando seu reconhecimento.

Em Aberto. Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

#### Redes Institucionais

##### — Associação de Universidades Grupo Montevideú (AUGM)

A AUGM é uma organização civil não-governamental, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal impulsionar o processo de integração através da criação de um espaço acadêmico comum ampliado, embasado na cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural entre todos os seus membros (AUGM, s/d). É autodefinida como uma universidade virtual. Sua fundação data de 1991, quando 12 reitores de universidades públicas do Mercosul, autônomas, autogovernadas e com disponibilidade de recursos, assinaram ata de intenção fundacional estendida ao reconhecimento de seus Estatutos no Registro de Pessoas Jurídicas de Direito Internacional Uruguaio. Sua estrutura de gestão é composta por um Conselho de Reitores e por uma Secretaria Executiva, situada em Montevideú, e coordenada pelo reitor da Universidad de la República. As ações da AUGM são apoiadas primordialmente pelo Escritório Regional de Ciência e Tecnologia da Unesco, e cada universidade membro contribui anualmente com o valor de 1 milhão de dólares em espécie e/ou em serviços.

Entre seus objetivos destacam-se a contribuição nos processos de integração em todos os níveis, o fortalecimento da formação de recursos humanos, o apoio à pesquisa e à transferência de conhecimento, além da realização de atividades de educação continuada. Também, como objetivos institucionais, tem-se a formação da massa crítica de pesquisadores em áreas estratégicas, o fortalecimento das estruturas de gestão das universidades inte-

grantes do grupo e a intensificação das interações com a sociedade, particularmente com o setor empresarial.

Integram à AUGM cinco universidades argentinas, cinco brasileiras, uma paraguaia e uma uruguaia, que somam 53.330 docentes, 397.424 alunos, 141 faculdades, 594 carreiras de graduação, 524 cursos de pós-graduação, além de 65 centros de pesquisa, 192 laboratórios e 12 carreiras técnicas. Essas universidades são responsáveis pela coordenação de atividades de núcleos disciplinares<sup>1</sup>.

Além destes núcleos, foram estabelecidos os Comitês Acadêmicos do Grupo Montevideu, coordenados por universidades integrantes do grupo, com o objetivo de dar conta de temáticas amplas, a saber: Meio Ambiente (Universidade Nacional de La Plata); Água (Universidade de Buenos Aires); Desenvolvimento Tecnológico e Regional (Universidade Nacional de Rosário);

Os núcleos disciplinares são os seguintes: Argentina: Universidade de Buenos Aires - Matemática Aplicada; Universidade Nacional de La Plata - Redes Acadêmicas; Universidade Nacional do Litoral - Planejamento Estratégico e Gestão Universitária; Universidade Nacional de Rosário - Microeletrônica; Universidade Nacional de Entre Rios - Educação para a Integração; Brasil: Universidade Federal de Santa Maria - Química Fina; Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Medição Sensorial Remota e Meteorologia Aplicada; Universidade Federal de Santa Catarina - Engenharia de Materiais; Universidade Federal de São Carlos - Engenharia Mecânica e de Produção; Universidade Federal do Paraná - Avaliação Institucional. (Estas três últimas universidades foram incorporadas à AUGM, em 1994). Paraguai: Universidade Nacional de Assunção - Farmacologia de Produtos Naturais; Universidade de La República - Biologia e Virologia Molecular.

Desenvolvimento Regional e Urbano (Universidade Nacional do Litoral); Desenvolvimento das Ciências Políticas e Sociais (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Saúde Humana e Animal (UR).

A área específica, "educação para a integração", coordenada pela Universidade de Entre Rios, propôs, em 1996, as seguintes medidas: estruturação de um sistema de informações para um melhor uso dos recursos humanos e dos programas existentes; apoio a programas de cooperação interuniversitária de formação docente e de investigação; intercâmbio de professores, investigadores e organização de seminários e oficinas; promoção de pós-graduação e criação de centros de excelência regionais; planificação de investigações conjuntas sobre temáticas prioritárias para a região; incorporação da problemática da integração regional aos currículos das distintas carreiras; estreitamento de vínculos entre as universidades e os setores produtivos, governamentais, de comunicação e sociais; proposição de programas de formação profissional para a integração e promoção do reconhecimento de títulos na região.

A AUGM desenvolve uma série de programas financiados que se renovam anualmente, como: a mobilidade acadêmica de docentes e pesquisadores entre as 12 universidades (em 1995 e 1996 foram registrados cerca de mil deslocamentos de docentes e investigadores entre as diferentes sedes); apoio à microeletrônica com a formação de núcleos de trabalhos conjuntos; apoio à UNA através de missões acadêmicas mais prolongadas de pesquisadores de outras universidades membros; fundo para atrair acadêmicos originários da região trabalhando fora dela;

ações bilaterais ou multilaterais apoiadas pelo Escritório de Ciência e Tecnologia da Unesco e pela Organização Universitária Interamericana (OUI); programas especiais de financiamento de seminários, jornadas científicas, publicações, aquisição de equipamentos e materiais; Programa Unitwin e Cátedras Unesco.

No âmbito destes programas podem-se destacar as seguintes ações:

A realização de jornadas anuais de pesquisa para pesquisadores jovens e/ou em formação (até os 35 anos) nas cidades de Santa Maria (Brasil), Concórdia e La Plata (Argentina), Salto (Uruguai)<sup>2</sup>, La Plata (Argentina) e Porto Alegre (Brasil, agosto de 1996). A jornada de Salto reuniu 192 trabalhos, a de La Plata, que teve como temática o meio ambiente, congregou mais de 350 participantes com a publicação de mais de 200 trabalhos, e a de Porto Alegre teve a participação de mais de 250 jovens pesquisadores. A partir dessa última jornada foi permitida a participação de pesquisadores *seniors* europeus e latino-americanos e foi propi-

<sup>2</sup> Pela avaliação da II Jornada (Migliario, 1995), realizada em Salto e em Concórdia, 94% dos participantes as consideraram altamente positivas e 89% classificam a AUGM como uma possibilidade real de integração acadêmica. Quanto às características sócio-demográficas, 68% dos participantes têm menos de 30 anos, 65% são solteiros, 24% são representantes das áreas de ciências políticas, sociais e humanas e 17%, de desenvolvimento rural, 71% são graduados e somente 14% têm mestrado e/ ou doutorado; 46% têm regime de trabalho com mais de 20 horas semanais e 70% dos recursos de financiamento das pesquisas são oriundos das próprias universidades.

ciado o financiamento pela AUGM de projetos de pesquisa apresentados neste encontro.

Entre os programas financiados que se renovam anualmente também são citados: a publicação de revista sobre meio ambiente; a elaboração de livros sobre planejamento estratégico e gestão; a elaboração de *demicrochip*; a realização de seminários<sup>3</sup>; a criação do primeiro curso de pós-graduação em nível de doutorado sobre "Política Comparada e Integração Latino-Americana" (UFRGS, março de 1996) e a estruturação do Programa Escala, objetivando a multiplicação de contatos desenvolvidos pelo AUGM.

— Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung)

O Comung é composto pela Urcamp, URI, UCS, Unijuí, UPF, Unisc, Ucpel, Unicruz e Feevale. Entre as ações voltadas à integração no

<sup>3</sup> "Os desafios da democracia na América Latina e as eleições presidenciais numa perspectiva comparada" (Porto Alegre, julho, 1995); "Novos cenários de construção da cidadania e a democracia no Cone Sul" (Montevidéu, setembro, 1995); "Variabilidade climática no Sudoeste da América do Sul: descrição e comprovação, diagnóstico e aplicações" (Montevidéu, dezembro, 1995); "Educação superior e informação em matéria de ambiente e população para o desenvolvimento humano", com o apoio do Programa ao Meio Ambiente das Nações Unidas (Pnuma) e da Cresalc/Unesco; "Seminário internacional sobre gestão de tecnologia" (apoio da Empresa Paranaense de Energia); "Seminário itinerante de atualização em Virologia Molecular" (Montevidéu, Buenos Aires, La Plata, Santa Maria e Assunção, de novembro de 1995 a abril de 1996) e "Seminário sobre o ensino do idioma português".

Mercosul, ressalta-se a "Acta de Compromisso", assinada em 7 de abril de 1995, com o Instituto Universitário de Ciências de La Salud — Escuela de Medicina (universidade privada), em Buenos Aires, que prevê a elaboração de uma rede de informática inteligente em tempo real (*pn-line*). O objetivo dessa rede é possibilitar a intercomunicação eletrônica entre essas universidades e o desenvolvimento de um programa de gerenciamento informático, dando acesso a banco de dados comum com programas e linhas de investigação básica e aplicada, nome de investigadores, identificação de fontes regionais de financiamento. Também é compromisso das universidades manter intercâmbio de informações e publicações especializadas (Acta de Compromisso, 1995).

#### — Rede Deusto

Rede Deusto de Estudos de Direção de Empresas no Cone Sul é um programa de mobilidade de estudantes e professores pertencentes às 160 universidades jesuíticas do mundo, sendo 18 na América Latina. Especificamente no Cone Sul participam: Universidad del Salvador — sede do convênio (Buenos Aires), Universidad Católica de Salta (Salta, Argentina), Unisinos, Universidad Católica del Norte (Antofagasta, Chile), sob a coordenação da Universidade de Deusto, na Espanha. O objeto deste convênio envolve assistência mútua em matéria científica (intercâmbio de documentação científica, de publicações, de métodos de ensino e outros); intercâmbio de professores e alunos e atuação em docência e investigação para as áreas do Brasil e da Espanha. Concretamente já ocorreu a criação de mestrado em direção de empresas na Universidade de Salvador. Envolve também ações entre empresas e instituições.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

#### — Grupo de Universidades de Fronteira do Mercosul<sup>4</sup>

Entre as redes institucionais cabe mencionar a iniciativa do Grupo das Universidades das Regiões de Fronteira, formado em março de 1994, inicialmente com 18 participantes, entre eles a Universidad Nacional de las Misiones (Argentina), a Universidad Católica del Uruguay, a Universidade Católica do Paraná e várias universidades de Santa Catarina, como: Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Oeste Catarinense, Univali, UNC, Furbe, e várias outras do Rio Grande do Sul, como: Universidade de Ijuí, Universidade de Caxias do Sul, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Santa Maria, UPF, Unisc, PUC/RS, Fedavi e Adiru.

Em 1995, foi firmado um compromisso com o objetivo de implementação de uma universidade virtual do Mercosul. O reconhecimento da universidade virtual deverá se dar através do conjunto das ações integradas na forma *multicampi* de todas as universidades existentes na região. Entre os objetivos imediatos estão a promoção de intercâmbio entre professores, estudantes e administradores; desenvolvimento de projetos em conjunto; definição de áreas de interesse com vista à mobilização sistematizada de docentes, discentes e técnicos.

<sup>4</sup> Merece também citação entre as redes institucionais o Projeto de Integração das Universidades Metodistas do Mercosul, que desde 1992 realiza sistematicamente ações de intercâmbio entre essas universidades e suas congêneres do Chile, da Argentina e do Peru, entre outras. Tais intercâmbios se restringem às áreas de Comércio Exterior, Administração e Letras.

## **Ações de órgãos governamentais e internacionais para o fomento da cooperação universitária no Mercosul**

### *Ações de órgãos governamentais*

#### Mercosul Educativo

As ações governamentais para o fomento da cooperação educacional se alicerçam no Mercosul Educativo, decorrentes de um protocolo de intenções assinado em 1991, pelos ministros de Educação dos quatro países e aprovado pelo Conselho do Mercado Comum, em 1992, através do Plano Trienal para o Setor de Educação no Contexto do Mercosul, com vigência até dezembro de 1997.

Esse plano tem por objetivo alcançar índices mais elevados de qualidade educacional, através da construção de um instrumento institucional e de diversas tarefas de harmonização dos sistemas e de processos educacionais (*Mercosul 2000*, 1996). No encontro dos ministros de Educação em junho de 1996, foram identificadas áreas substantivas a serem incorporadas. Quanto ao ensino superior, destaca-se o programa de cooperação universitária e de forma mais geral o programa de renovação educacional do Mercosul, voltado ao treinamento da gestão institucional, bem como ao desenvolvimento de sistemas de informação.

Nessa mesma reunião, solicitou-se ao Comitê Coordenador Regional a preparação de um protocolo de reconhecimento de títulos

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

universitários de graduação para o exercício da docência em instituições universitárias da região.

#### Capes/MEC

Nos inúmeros seminários e encontros realizados, nos últimos anos, para discutir a questão da cooperação universitária, no âmbito do Mercosul, estava sempre presente o debate sobre a necessidade de intensificar o apoio conjunto a programas de pesquisa, intercâmbio de pesquisadores e apoio à formação pós-graduada. Como resposta a essas demandas foram assinados dois acordos, um convênio e dois protocolos.

Um dos acordos é o protocolo adicional ao convênio de intercâmbio cultural entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da Argentina, de 1968, relativo à integração educacional para formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, assinado em 9 de abril de 1996. A responsabilidade pela execução do Protocolo está a cargo, pelo lado brasileiro, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e pelo lado argentino, da Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Cultura e Educação.

Outro acordo complementar foi realizado entre a Capes/MEC e a Comisión Nacional del Investigación Científica para Tecnología (Conicity), do governo da República do Chile, para a cooperação científica e tecnológica, no âmbito do ensino superior, considerando o convênio de cooperação cultural e científica de 23 de dezembro de 1976. Esse acordo data de abril de 1996.

Ambos os acordos têm como objetivos:

- a) a criação de um sistema de intercâmbio pelo qual professores-pesquisadores de universidades brasileiras e argentinas ou brasileiras e chilenas desenvolvam pesquisas científicas;
- b) a formação de pós-graduação para estudantes brasileiros e argentinos ou brasileiros e chilenos;
- c) o intercâmbio de informação científica, de documentação especializada e de publicações.

Nos textos dos acordos ficam também explicitados os meios pelos quais deverão ser alcançados os seguintes objetivos:

- a) intercâmbio de professores-pesquisadores de certo nível;
- b) intercâmbio de bolsistas em níveis de doutorado e pós-doutorado;
- c) publicação de trabalhos conjuntos vinculados a projetos de pesquisa e teses de doutorado;
- d) nomeação, pelos órgãos envolvidos, de um grupo de trabalho bilateral para avaliação dos resultados obtidos e os novos projetos de cooperação.

O sistema de intercâmbio prevê que o salário dos professores-pesquisadores incluídos nos projetos de pesquisa será assumido pelas instituições de origem do professor. Já os custos relativos a viagens e estadias, seguem os padrões estabelecidos pelos acordos

com agências de fomento européias e americanas, ou seja, as despesas com viagem são assumidas pelo país que envia o bolsista ou professor-pesquisador e a estadia é assumida pelo país anfitrião.

Os candidatos às missões são propostos pelo coordenador do projeto de cada uma das partes e aceito pela outra. A seleção dos bolsistas será efetuada pelas referidas agências dos países envolvidos, levando em conta a apreciação dos coordenadores dos projetos dos respectivos países.

Os documentos ressaltam também que os compromissos financeiros serão autorizados dentro do limite das disponibilidades orçamentárias das partes contratantes.

Além desses acordos, foi assumido um convênio entre a Capes/MEC e a Fundação Antorchas, da Argentina, com o objetivo de "promover as relações e a colaboração no campo das ciências, das humanidades e da tecnologia entre as comunidades acadêmicas ativas do Brasil e da Argentina". Para efetivar esse convênio, as agências concordaram "outorgar até cinco auxílios anuais cada uma a pesquisadores formados em qualquer disciplina das ciências e das humanas, excluindo a medicina humana, que estejam colaborando com colegas de países vizinhos em um projeto de pesquisa original.

Novamente, o sistema de intercâmbio se dá com o apoio da Capes aos pesquisadores argentinos convidados pelos colegas brasileiros; e o pagamento dos pesquisadores brasileiros pela Fundação Antorchas, convidados pelos colegas argentinos.

A Capes tem participado das reuniões do Comitê Coordenador Regional do Setor Educação no contexto do Mercosul. A última

reunião ocorreu em março de 1996. Os temas em debate, entre outros, ficaram em torno da avaliação e reconhecimento dos cursos e diplomas; o apoio à pós-graduação regional e a proposta de publicar as metodologias de coleta de dados estatísticos para possibilitar estudos comparativos.

No âmbito da pós-graduação foi firmado em 1995 um Protocolo de integração educacional para prosseguimento de estudos de pós-graduação nas universidades dos países membros do Mercosul. Nesse Protocolo, os Estados Partes assumiram que, por meio de seus organismos competentes, reconheceram unicamente para a realização de estudos de pós-graduação acadêmica, os títulos universitários expedidos pelas Instituições de Ensino Superior reconhecidas.

Em outro Protocolo, também de 1995, os Estados Partes do Mercosul definiram importantes objetivos no âmbito da formação de recursos humanos no nível da pós-graduação. Entre os objetivos destacam-se:

- a) a formação e o aperfeiçoamento de docentes universitários e pesquisadores com objetivo de consolidar e ampliar a pós-graduação na região;
- b) a criação de um sistema de intercâmbio entre as instituições para formação de recursos humanos, no âmbito de projetos específicos;
- c) a troca de informações científicas e tecnológicas, de documentação e de publicações;

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

d) o estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação da pós-graduação.

Nesse Protocolo também foi definida a criação de uma Comissão Técnica Regional *ad hoc* de Pós-Graduação, integrada por representantes dos Estados membros. Em setembro de 1996, foi realizada em Porto Alegre a segunda reunião da Comissão Técnica Regional *ad hoc* de Pós-Graduação com especialistas de diferentes áreas acadêmicas para discutir o perfil dos programas de doutorado e os critérios de avaliação da pós-graduação. Na reunião da comissão *ad hoc* foi decidida a formulação de um documento conjunto com definições básicas sobre o sistema de pós-graduação na região, onde se caracterizam o mestrado, o doutorado e o mestrado profissional; as formas de articulação entre essas modalidades e níveis de pós-graduação, bem como sobre a cooperação interinstitucional para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação (docentes pesquisadores e profissionais) e sobre a ação consorciada na oferta de programas de pós-graduação entre instituições da região.

A Comissão Técnica Regional *ad hoc* de Pós-Graduação também encaminhará aos ministros de Educação da região proposta para o fomento da cooperação entre programas de pós-graduação com vista ao desenvolvimento conjunto de projetos de investigação e de recursos humanos.

#### *Iniciativas de órgãos internacionais*

Além das ações concretas voltadas especificamente aos quatro países que compõem o Mercosul acima relatadas, é importante

destacar que outras ações de integração universitária de caráter mais abrangente também propiciam apoios de cooperação aos países deste megabloco. Tais ações também se caracterizam pelo intento de criação de redes institucionais. A seguir, são relatadas as principais redes existentes.

#### Rede de Integração e Mobilidade Acadêmica (Rima)

O processo de integração universitária tem como uma de suas principais vertentes os estudos que vêm sendo realizados para o reconhecimento de diplomas, títulos e estudos. A história do reconhecimento dos diplomas na América Latina e no Caribe está intimamente ligada à Unesco, pois tais medidas são consideradas "valiosa ferramenta para encorajar a mobilidade entre os membros da comunidade científica e acadêmica, para trocar idéias, conhecimentos, descobertas científicas e tecnológicas e finalmente para desenvolver a educação superior" (*Unesco's Constant Concern*).

Nesse entendimento já foram ratificados seis entre 90 Estados Membros:

A Convenção Regional sobre Reconhecimento de Estudos e Diplomas de Educação Superior na América Latina e no Caribe (México, 1974), ratificada por 15 países, apesar dos esforços desenvolvidos, ainda enfrenta inúmeros problemas não só ligados às questões da própria aceitação do reconhecimento, como também a questões de terminologia, troca de informações, certificação dos estudos e exercício da carreira.

É somente no final dos anos 80 que a temática da acreditação tomou fôlego. Em 1990, a Unesco, via Centro Regional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (Cresalc), iniciou um processo de reflexão sobre as novas funções da educação superior nessa região. Esse processo concluiu no Encontro Internacional para Reflexão (maio de 1991), resultando num relatório sobre o *status* da educação superior e os pontos desafiantes a serem enfrentados numa perspectiva interdisciplinar, multissetorial e global, onde é destacada a importância do processo de reconhecimento de diplomas.

Ainda em 1991, no 1º Encontro de Secretários de Universidades da América Latina e do Caribe (Havana), o tema central foi o reconhecimento de estudos e diplomas. Participaram representantes acadêmicos de 58 universidades e instituições de ensino superior, representativas de 19 países. Foi reconhecida a importância do acordo de reconhecimento, incentivada a participação dos representantes das universidades em comitês de negociação e entidades de aplicação e avaliação, proposto a disseminação do estudo de terminologias para o reconhecimento dos estudos, sugerido a criação de um centro regional para a informação sobre o reconhecimento e a melhor forma de disseminar as informações sobre o acordo nas universidades.

A partir de 1992, a AUGM, a Coordenação dos Assuntos Universitários do Memorial da América Latina e do Brasil e o Cresalc vêm construindo um programa curricular de integração de áreas prioritárias do conhecimento das principais universidades da América do Sul. Como resultado do trabalho realizado, a Unesco/ Cresalc assinou o Acordo Tripartido de Cooperação com as mencionadas fundações e o Parlamento da América Latina, para

implementar uma rede regional de trabalho com vista à mobilidade acadêmica e à integração.

Uma das principais iniciativas foi a criação de um centro de informação para compilar e disseminar as mais importantes e relevantes informações necessárias para facilitar o reconhecimento acadêmico dos países pertencentes ao Mercosul. Essas atividades estão sendo constituídas pela Cresalc como parte do Programa Internacional Unitwin, que apóia ações de cooperação interuniversitárias.

Em 1992, a Divisão de Educação Superior da Unesco realizou o Congresso Internacional de Reconhecimento de Estudos e de Mobilidade Acadêmica, em Paris. Os objetivos foram avaliar o trabalho realizado, encorajar o diálogo internacional sobre essa temática e iniciar novas atividades no campo. Nessa mesma reunião, foi aprovado um plano de trabalho conjunto de seis comitês regionais para troca de informações e documentação; cooperação inter-regional entre os centros nacionais responsáveis pelo reconhecimento e treinamento de pessoal responsável pela aplicação de acordos; desenvolvimento de habilidades de coletar, processar e disseminar informações que facilitem o processo de reconhecimento; preparação e difusão de lista de instituições de educação superior ligadas ao ensino reconhecidas e de instituições voltadas à pesquisa.

Os seis acordos, acima citados, têm em seu substrato os princípios expressos na 27ª Conferência Geral, ocorrida em novembro de 1983, onde os Estados Membros reconheceram que o conhecimento é universal, que é uma herança comum da humanidade e que caminhos devem ser descobertos para torná-lo possível para todos. Para que isso ocorra é necessário uma normatização que é universal na sua natureza.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

Especificamente para o Mercosul, alguns passos já foram dados para o processo de acreditação. A Capes normatizou o reconhecimento do diploma de graduação realizado nos países do Mercosul para ingresso em cursos de pós-graduação no Brasil. O reconhecimento no nível de programas que centram sua atenção em áreas profissionais, ocupacionais ou disciplinares, também apresenta um desenvolvimento crescente. Pode-se citar como exemplo a associação dos decanos de faculdades de Arquitetura dos quatro países, que vem se reunindo sistematicamente para o estudo da acreditação dessa profissão nos países do megabloco.

Neste contexto, foi estabelecida a Rede de Integração e Mobilidade Acadêmica (Rima), iniciativa de cooperação e conexão entre as universidades do continente que, em janeiro de 1996, desencadeou a segunda etapa do convênio entre o Cresal/Unesco, a Fundação Memorial da América Latina, o Parlatino e a PUC/SP. O objetivo deste acordo é vincular todas as universidades da América Latina em projetos de investigação e tornar compatíveis os programas de estudo e outras características curriculares de maneira a possibilitar o livre exercício da profissão em todos os países integrantes da Rima. Tais objetivos se consubstanciarão na operacionalização da "Convenção de Convalidação de Estudos, Títulos e Diplomas de Educação Superior na América Latina e Caribe", assinado em 1974.

A primeira etapa desse convênio está voltada aos países que integram o Mercosul, via AUGM. Já foram realizadas reuniões técnicas (1994) em diferentes áreas de conhecimento: Matemática, Física, Engenharia de Sistemas, Civil, Elétrica, Eletrônica, Agrícola, Medicina, Direito e Ciências Sociais, bem como de áreas técnicas e profissionais para obter propostas curriculares comuns.

São objetivos da rede integradora a criação de um sistema de informação institucional, curricular e legislativo para conhecer a instituição internamente e conectar as principais bases de dados. Atualmente esta fase está em desenvolvimento com a instalação de um servidor WWW na Internet; a vinculação das normas curriculares universitárias para obter uma maior integração e extensão aos instrumentos legislativos de cada país e o aperfeiçoamento do ensino técnico.

#### Cátedras Unesco

A Unesco, apontando a tendência de internacionalização da Educação Superior, com a necessidade de maior cooperação internacional entre países em desenvolvimento e a Europa Central e Oriental, aprovou, em 1991, na 26ª Conferência Geral, como plano de ação intersetorial o Programa Unitwin e de Cátedras Unesco.

O programa dá especial ênfase aos centros de educação superior, objetivando a construção de redes de caráter inter-regional, regional e sub-regional e propondo-se a fomentar e reforçar programas inovadores e interdisciplinares de ensino, formação e pesquisa em campos que busquem o desenvolvimento humano sustentável, como, por exemplo, população, meio ambiente, ciência e tecnologia, solução de conflitos, paz, direitos humanos e democracia. Basicamente têm se destacado no Programa Unitwin dois tipos de atividades interdependentes: as redes (AUGM) e as Cátedras Unesco. A longo prazo a cooperação entre as Cátedras Unesco deverá levar à construção de redes entre centros de estudos e pesquisas avançados.

A Cresalc/Unesco apoiou o processo de criação de cinco cátedras, das quais três se encontram no Mercosul: Ecologia y Medio Ambiente (AUGM/Universidad de la Plata, Argentina); Evaluación de Impactos sobre la Salud Ambiental en la Amazonia (Unamaz, Brasil, Colombia e Venezuela) e Política Comparada e Integração (AUGM/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Tais cátedras se encontram em processo de assinatura. Também está sendo criada a Cátedra Unesco de Empreendedorismo (Universidade de Deusto, PUC/MG, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidad Católica de Montevideo e Universidade Saint Andrews).

#### Programa Mistral

O Programa Ibero-Americano de Mobilidade Interuniversitária em Ramos Avançados de Licenciatura (Mistral) é dirigido a estudantes de cursos intermediários universitários entre os 21 países ibero-americanos. Este programa é similar ao Projeto Erasmus/Sócrates da União Européia, com sede na Universidade Internacional de Las Américas (San José da Costa Rica), e partiu da iniciativa do governo espanhol, na V Cumbre Ibero-Americana (Bariloche, 1995), na reunião de ICIA, confirmada na reunião de Cartagena de las Índias (Colômbia), em abril de 1996. O objetivo básico é propiciar aos estudantes a realização, em outros países ibero-americanos, de parte de estudos em universidade (pública ou privada). Integram o convênio alunos dos cursos de Direito, Comércio Exterior, Administração e Economia, os quais realizam cursos de extensão. Participam dos programas as seguintes universidades: Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Pelotas, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Santa Maria, Univer-

sidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná e Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

### Programa Alpha

O programa Alpha — América Latina: Formação Acadêmica — (Comissão Européia, s/d) — é um programa estabelecido no Regulamento da União Européia, de 10 de março de 1994, relativo ao reforço da cooperação econômica de interesse mútuo e faz parte das linhas de ação definidas nos acordos de terceira geração assinados entre os países da União Européia e os países e as regiões da América Latina. As ações de formação de recursos de alto nível são consideradas prioritárias com vista à melhoria do potencial científico e tecnológico. É inspirado em programas semelhantes da União Européia, tais como o Erasmus, o Tempus, o Comet, etc.

Sua execução é de responsabilidade da Direção para a América Latina, da Direção-Geral de Relações Econômicas Externas da Comissão Européia, com a ajuda de um gabinete técnico e de um comitê científico. Este é constituído por seis membros permanentes, de reconhecida experiência nos meios científicos, empresariais e académicos. O programa terá uma duração de cinco anos. Na primeira etapa (final de 1994), foram lançados os projetos de gestão; na segunda (início de 96), o intercâmbio de pós-graduados e na terceira (1997), o intercâmbio de estudantes. Esses terão suas despesas de viagem, estadia, aperfeiçoamento linguístico financiadas, bem como as instituições de acolhimento receberão subsídios.

O programa Alpha tem dois objetivos principais: a cooperação para a gestão institucional e a cooperação para a formação académica e científica. O primeiro deles desenvolve-se pela gestão académica

e administrativa, reconhecimento académico de graus, títulos e diplomas, melhoria, adaptação e harmonização de currículo, cooperação entre instituições de ensino superior e empresas, inovação e sistematização da tarefa educativa e avaliação institucional. O segundo dos objetivos destina-se a apoiar programas académicos relativos à formação avançada—doutorado, mestrado e especialização profissional — e à formação complementar de estudantes dos dois últimos anos de uma formatura superior. O apoio dar-se-á pela aprovação de projetos preferencialmente nas áreas de Ciências Econômicas e Sociais em geral (gestão de empresas, administração pública, economia e direito económico, meio ambiente, integração regional, desenvolvimento rural, planeamento regional e urbano e política social e educativa) e nas áreas de Engenharia e Medicina e outras ciências da saúde. Em 1995-1996 foram enviados 247 projetos dos quais 26% foram acolhidos<sup>5</sup>.

Alguns exemplos de projetos que contam com o apoio do programa Alpha são: Euroconosur — que abrange as áreas de Economia, Administração, Planeamento Urbano e Ciências Políticas, e envolve as Universidades de Pierre Mendes France (coordenação), a Universidade de Buenos Aires, a Universidade do Chile, a Universidade Autónoma de Madrid e a Universidade de Sussex; Bracara, — que visa à melhoria da gestão académica e administrativa das universidades públicas e envolve a Universidade do Porto (coordenação), representando o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, a Associação das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), coordenada pela UFRGS, a Unicamp, as Universidades Autônomas do México e da Nicarágua, a Universidade Técnica de Eindhoven, a Universidade Paul Salatier e a Universidade de Salamanca; Rede Cruzeiro do Sul — que objetiva o desenvolvimento regional pelo desenvolvimento científico e tecnológico, via estabelecimento de cursos de pós-graduação e apoio a projetos de pesquisa. Participam dessa rede a Universidade do Porto (coordenação), a Universidade de Manchester, a Universidade de Helsinky, a Universidade Orientale-Napoli, a Universidade de Leiden, a Universidad de La República, a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

## Programa Bolívar

O Programa Bolívar tem como objetivo ser instrumento de vinculação entre os centros acadêmicos e de pesquisa e desenvolvimento com o setor produtivo, favorecendo a integração regional através da inovação tecnológica para alcançar a qualidade e a competitividade internacional de nossas indústrias e o conseqüente desenvolvimento econômico-social, permitindo ao setor produtivo:

- a) melhorar a qualidade de seus produtos, processos e serviços conquistando novos mercados;
- b) alcançar normas de qualidade internacional homogêneas;
- c) gerar novos processos, produtos e serviços com clara visão de mercado;
- d) desenvolver uma cultura de diálogo entre empresas e instituições, estabelecendo joint-ventures no país e com outras regiões para potencializar a capacidade produtiva que existe em cada país e na região (Uzcategui, 1991).

Em novembro de 1990, constituiu-se o Comitê do dispositivo operativo Enlace, presidido pelo ministro de Ciência e Tecnologia da Venezuela, para promover associações produtivas e inovadoras entre empresas e centros de pesquisa de dois ou mais países da região, contando com o financiamento principal do BID, Unesco, Onudi e CEE, OEA, Aladi, Parlamento Latino-Americano, Sela, Felaeb, entre outros. Conta também com uma Secretaria Executiva, uma Comissão Internacional e um Comitê Executivo Regional, além de Comissões Nacionais.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

Como ações concretas, cabe destacar a inclusão de ciência e tecnologia como um dos elementos centrais dessa iniciativa junto a questões de dívida externa, inversão e comércio.

## Projeto Columbus

O Projeto Columbus objetiva criar uma forma mais estruturada de cooperação entre universidades européias e latino-americanas, sob os auspícios de reitores desses continentes. Criado em 1983, hoje envolve 30 universidades latino-americanas da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Peru, Uruguai e Venezuela e universidades da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grã-Bretanha, Itália, Países Baixos, Portugal, Suécia e Suíça. É apoiado pela União Européia, Unesco, Ompi e várias organizações universitárias européias.

Como objetivo principal, é colocada a melhoria dos processos e das estruturas de gestão das instituições universitárias, assim como a promoção do desenvolvimento institucional das universidades latino-americanas através dos reitores, sua equipe de direção e especialistas em educação superior. Entre as áreas temáticas de cooperação, foram identificadas como prioritárias a avaliação e o desenvolvimento da qualidade de ensino e as relações com o setor produtivo (Samoilovich, 1991).

## Centro de Formación para la Integración Regional (Cefir)

O Cefir, sediado em Montevidéu, foi criado formalmente em 1993, a partir de ação conjunta dos membros do Grupo do Rio e da

União Européia, na 2ª Reunião Ministerial Institucionalizada dos Chanceleres de ambos os grupos, realizada em Santiago do Chile. A entidade executora do programa é o Instituto Europeu de Administração Pública (IEAP), com sede em Maastrich, Holanda. O financiamento do Cefir advém de recursos orçamentários procedentes do programa de Cooperação Econômica da União Européia, podendo se beneficiar de contribuições dos países do Grupo do Rio, via estadia de seus funcionários participantes e via infra-estrutura para a instalação de sede (Cefir, 1994).

Seus principais objetivos são a criação de um foro permanente de intercâmbio de idéias e experiências em matéria de integração regional e oferecimento de cursos de formação e de aperfeiçoamento para o desenvolvimento e reforço de capacidades com efeito multiplicador; o estudo dos aspectos de integração trabalhando com os responsáveis pela elaboração das políticas públicas, gerentes e executores com vista a desencadear um efeito cascata e a promoção da geração de um valor agregado ao intercâmbio de idéias e de experiências com um aporte inovador posto à disposição de organismos e entidades da região.

Suas principais atividades são desenvolvidas através de módulos regionais, cursos sub-regionais e cursos nacionais, algumas vezes com caráter itinerante.

## Conclusão

A universidade é parte ativa do processo de integração. Mesmo que o Tratado de Assunção (1991), que concedeu as bases legais

para a criação do Mercosul, e suas posteriores legislações, como a carta de Ouro Preto (1994), que concedeu figura jurídica ao Mercosul, não incluem o Grupo de Trabalho da Educação, entre os muitos outros, a universidade, como força viva da sociedade, está buscando caminhos paralelos para que a integração de bases mercantilistas se torne integração de bases duradouras e que possibilite a inserção ativa do Mercosul no contexto internacional.

As análises sobre a formação de recursos humanos e de produção de conhecimento no Mercosul, mesmo com diferenciações, apontam para a possibilidade de integração universitária entre os quatro países. A integração de mais difícil realização, sem dúvida, será a da formação acadêmica de recursos humanos, não só pelos trâmites burocráticos envolvidos, mas, muito mais, pelos sistemas de defesa e atribuição *de status*, prerrogativas e privilégios profissionais no mercado de trabalho. Quando se trata de integrar as universidades no tocante à formação de profissionais, reduz-se o espaço de decisão das próprias instituições. Estruturas curriculares, mecanismos de avaliação, etc, em muitos casos, são regulados com a interveniência decisiva de parceiros de fora da universidade (Neves, 1994, p.286).

No caso da produção de conhecimento, a integração entre pesquisadores já está em pleno processo, inclusive com a criação de programas de doutorado conjuntos, onde o país ou a instituição mais qualificada cientificamente funciona como pólo de desenvolvimento de conhecimento na região. O conhecimento, pela universalidade que lhe é característica, facilita a integração da ciência e da tecnologia, enquanto o mercado de trabalho, pelo desequilíbrio entre oferta e demanda, dificulta a integração dos cursos de formação de recursos humanos (Morosini, 1996).

O processo de integração apoiado na reificação da cooperação internacional tem obtido respostas positivas das universidades integrantes dos quatro países do Mercosul. Tais ações, na maioria das vezes, independem da promulgação de bases legalistas. Baseiam-se, antes de mais nada, na já tradicional ação universitária de cooperação internacional. É óbvio que essa cooperação internacional adquire hoje contornos novos e um ritmo efervescente. As universidades já deram um novo passo à integração e têm reagido a essa nova proposta de trabalho conjunto. Criam-se assessorias internacionais, promovem-se eventos para a cooperação, realizam-se acordos, como, por exemplo, entre a Capes e a Fundação Antorchas, que abre um leque flexível de opções de fortalecimento de nossa capacidade endógena de produção de conhecimento, reconhecem-se títulos e diplomas que possibilitam a continuação de estudos de pós-graduação em outros países do megabloco e mantêm-se grupos de estudos para a liberação do exercício profissional sem fronteiras entre os quatro países. As ações realizadas ou em realização de integração universitária têm como marca a construção de redes de conhecimento que, pela característica do conhecimento como universal, supera as barreiras burocráticas impostas pelos estados nacionais, quando se referem à formação e ao reconhecimento de diplomas para o exercício profissional.

As inúmeras iniciativas das universidades da região, bem como as ações governamentais e internacionais desencadeadas, indicam o reconhecimento da cooperação interinstitucional na região como fundamental no processo mesmo de formação do Mercosul e caminho para uma integração consolidada.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.68, out./dez. 1995

## Referências bibliográficas

ARGENTINA. *Protocolo de Integração*. Assunção, 28 jul., 1995.

ASOCIACIÓN de Universidades Grupo Montevideo. Montevideo: AUGM/Unesco, 1996.

BRASIL. *Protocolo Adicional ao Convênio*. Buenos Aires, 9 abr., 1996.

BRASIL. MEC/CAPES. *Acordo Complementar entre a Fundação*. (S.l.), 1996.

\_\_\_\_\_. *Convênio*. (S.l., 199-)

CAPRARO, Hector M. El concepto de integración. In: CONSEJO FEDERAL DE INVERSIONES. *Integración Latinoamericana*. Buenos Aires, jul. 1991. Informe Base.

CEFIR. *Información*. Montevideo, 1994. CINDA/CRESALC. *Acreditación Universitaria en América Latina: antecedentes y experiencias*. Caracas, 1994..

COMISSÃO EUROPÉIA. *ALFA. América Latina Formação Acadêmica*. Guia do Programa. Bruxelas.

CRESALC/UNESCO. *Situación de la educación superior en América Latina y el Caribe*. (Documento de Trabajo). Caracas, 1996.

FIRMADO acuerdo de integración universitaria latinoamericana. *Educación Superior*, Caracas, v.2, n.1, ene.-mar., 1996.

GRABENDORFF, Wolf. A integração da América Latina na perspectiva europeia. In: PLÁ, J. A. (Org.). *O Mercosul e a comunidade europeia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Ed. da Univ., Institut Goethe, 1994.

HIGHER education academic mobility and recognition of studies in higher education in Latin America and the Caribbean. Unesco Constant Concern. 1992.

INSTITUTO Universitario de Ciencias de la Salud. Fundación Barcelo. *Acta de Compromiso*. Buenos Aires, 7 abr., 1995.

MIGLIARIO, B.I. *Evaluación de la II Jornada de Investigadores Jóvenes y/o en Formación de la Asociación "Grupo Montevideo"*. Salto (Ur): Regional Norte de La Universidad de La Republica, 1995.

MOROSINI, M.C. (Org). *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.

\_\_\_\_\_. Internacionalização dos sistemas de educação superior: Mercosul. *Revista Portuguesa de Educação*. Portugal: Universidade do Minho, 1996. (No prelo).

NEVES, Clarissa E. B. Limites e possibilidades da integração entre universidades. In: *Universidade no Mercosul*. São Paulo: Cortez/CNPq, 1994.

PENA.A.A. La unión europea frente a la evaluación y acreditación universitaria. In: MARQUIS, C. (Comp). *Evaluación Universitaria en el Mercosul*. Buenos Aires: Ministerio de Cultura y Evaluación/Secretaria de Políticas Universitarias, 1995.

SAMOILOVICH, D. Experiencia Columbus: lecciones de una experiencia. In: UNESCO. *Mundo productivo y financiamiento*. Caracas, 1991.

UCZATEGUI, D. Programa Bolívar: integración tecnológica regional, innovación y competitividad industrial. In: CRESALC/ UNESCO. *Retos Científicos y Tecnológicos*. Caracas, 1991.

UFRGS. *Plano de Gestão 93/96*. Prestação de Contas. Relações institucionais e internacionais. Porto Alegre, 1996.

URUGUAI. *Protocolo de Integração Educacional...* Montevideo, 30 nov., 1995.